



MULHERES AMAZÔNIDAS E MOBILIZAÇÃO SOCIAL: IMPLICAÇÕES INTERSECCIONAIS PARA A PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

Maria Isabella Muniz Campelo¹

Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

Iolete Ribeiro da Silva²

Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

Adria de Lima Sousa³

Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

RESUMO

A universidade, capaz de proporcionar oportunidades de aquisição de habilidades para o mercado de trabalho, convívio social e produção da ciência, também reproduz um sistema de hierarquização. Na medida em que reflete a desigualdade na falta de garantias de direitos, faz necessária uma atuação capaz de questionar esta ordenação vertical e permitir alternativas que melhorem e propiciem uma maior diversidade. Os movimentos sociais e coletivos são práticas sociais marcantes no que se refere à busca por melhorias e visibilidade, tornando públicas as manifestações políticas de garantia de direitos. O objetivo deste estudo é conhecer trajetórias de mulheres que participam de coletivos na universidade. Objetiva-se ainda entender especialmente a narrativa de jovens mulheres que têm atuação política em movimentos sociais, e o papel dessa atuação no acesso e permanência no meio acadêmico. O trabalho está ancorado na perspectiva teórica interseccional, com abordagem qualitativa para compreensão da experiência subjetiva na escuta das participantes, estudantes de graduação da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) por meio de entrevistas móveis e narrativas. Os resultados do estudo apontaram que as mulheres estudantes de graduação são constantemente confrontadas com desafios significativos em suas vivências acadêmicas, abrangendo dificuldades econômicas, barreiras de adaptação, bem como a falta de apoio familiar e acolhimento. Diante de um cenário de opressão e impedimento, a participação em coletivos propiciou um espaço de resistência e fortalecimento de suas identidades, de forma que proporcionou, a estas estudantes, modos de enfrentamento dos conflitos que as permeiam, assim como suporte emocional e formação de relações sociais impactantes.

Palavras-chave: Mulheres Amazônidas; Processos Grupais; Ensino Superior; Interseccionalidade.

¹ Graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Estudante da Graduação na Universidade Federal do Amazonas, Manaus, Amazonas, Brasil. Endereço para correspondência: Av. General Rodrigo Octávio Jordão Ramos, 6200, Campus Universitário Senador Arthur Virgílio Filho, Setor Norte, Bairro Coroado, Manaus, AM, CEP 69080-900, CEP: 69082-230. ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-0509-2074>. E-mail: isabellamcampelo@gmail.com.

² Doutora em Psicologia pela Universidade de Brasília (UNB). Docente da Graduação e Pós-Graduação e Diretora da Faculdade de Psicologia da Universidade Federal do Amazonas, Manaus, Amazonas, Brasil. Endereço para correspondência: Av. General Rodrigo Octávio Jordão Ramos, 6200, Campus Universitário Senador Arthur Virgílio Filho, Setor Norte, Bairro Coroado, Manaus, AM, CEP 69080-900. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9416-6866>. E-mail: iolete.ribeiro@ufam.edu.br.

³ Doutorado em Psicologia na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Docente da Graduação e da Pós-Graduação da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Manaus, Amazonas, Brasil. Endereço para correspondência: Av. General Rodrigo Octávio Jordão Ramos, 6200, Campus Universitário Senador Arthur Virgílio Filho, Setor Norte, Bairro Coroado, Manaus, AM, CEP 69080-900, Manaus, Amazonas, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7395-1806>. E-mail: adria.sousa@ufam.edu.br.

AMAZONIAN WOMEN AND SOCIAL MOBILIZATION: INTERSECTIONAL IMPLICATIONS FOR PERSISTENCE IN HIGHER EDUCATION

ABSTRACT

Universities provide opportunities for developing professional skills, fostering social interaction, and producing scientific knowledge; however, they also reproduce hierarchical systems. As these institutions reflect inequalities and failures to guarantee rights, actions are needed to challenge this vertical organization and promote alternatives that foster greater diversity. Social movements and collectives constitute significant social practices in the pursuit of improvements and visibility, bringing political demands for the guarantee of rights into the public sphere. This study aimed to understand the trajectories of women who participate in university collectives. It also sought to examine the narratives of young women engaged in social movements and the role of such political participation in their access to and persistence in higher education. Grounded in an intersectional theoretical perspective, the study adopted a qualitative approach to understand the participants' subjective experiences. Undergraduate students at the Federal University of Amazonas (UFAM) participated in mobile and narrative interviews. The results indicate that undergraduate women consistently face significant challenges in their academic experiences, including financial difficulties, barriers to adaptation, lack of family support, and insufficient institutional support. In a context marked by oppression and barriers, participation in collectives provided spaces of resistance and identity strengthening, enabling these students to develop strategies for coping with the conflicts affecting their trajectories while also gaining emotional support and building meaningful social relationships.

Keywords: Amazonian Women; Group Processes; Higher Education; Intersectionality.

MUJERES AMAZÓNICAS Y MOVILIZACIÓN SOCIAL: IMPLICACIONES INTERSECCIONALES PARA LA PERMANENCIA EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR

RESUMEN

La universidad proporciona oportunidades para el desarrollo de habilidades profesionales, la convivencia social y la producción de conocimiento científico; sin embargo, también reproduce un sistema de jerarquización. En la medida en que estas instituciones reflejan desigualdades y la falta de garantía de derechos, se hacen necesarias acciones capaces de cuestionar esta organización vertical y promover alternativas que favorezcan una mayor diversidad. Los movimientos sociales y los colectivos constituyen prácticas sociales relevantes en la búsqueda de mejoras y visibilidad, al llevar a la esfera pública las reivindicaciones políticas relacionadas con la garantía de derechos. El objetivo de este estudio fue comprender las trayectorias de mujeres que participan en colectivos universitarios. Asimismo, se buscó analizar las narrativas de mujeres jóvenes que actúan políticamente en movimientos sociales y el papel de dicha participación en el acceso y la permanencia en la educación superior. Fundamentado en una perspectiva teórica interseccional, el estudio adoptó un enfoque cualitativo orientado a comprender las experiencias subjetivas de las participantes. Estudiantes de grado de la Universidad Federal de Amazonas (UFAM) participaron en entrevistas móviles y narrativas. Los resultados indican que las universitarias se enfrentan constantemente a desafíos significativos en sus experiencias académicas, entre ellos dificultades económicas, barreras de adaptación, falta de apoyo familiar y escasa acogida institucional. En un contexto marcado por la opresión y los obstáculos, la participación en colectivos proporcionó espacios de resistencia y fortalecimiento identitario, permitiendo que estas estudiantes construyeran estrategias para afrontar los conflictos que atraviesan sus trayectorias, además de obtener apoyo emocional y establecer relaciones sociales significativas.

Palabras clave: Mujeres Amazónicas; Procesos Grupales; Educación Superior; Interseccionalidad.

INTRODUÇÃO

A participação de jovens em coletivos e grupos é um acontecimento historicamente situado nos marcos históricos que reverberam em diferentes conquistas

de direitos estudantis e para a sociedade civil como um todo. Todavia, embora no Brasil hoje tenhamos dados que evidenciam que as mulheres são o maior público em termos quantitativos de matrículas no Ensino Superior, faz-se necessário questionar os atravessamentos que [perpassam](#) pelos dispositivos de gênero e suas implicações na trajetória acadêmica deste público. Assim, este estudo emerge da necessidade de compreender as implicações da participação nos coletivos de jovens no Ensino Superior na trajetória acadêmica de jovens mulheres a fim de identificar elementos que promovem, dificultam ou impedem a permanência no Ensino Superior, especificamente em cidades do interior do Amazonas. A Universidade possui um importante papel na participação cidadã e na produção de uma ciência que seja comprometida e engajada (Severino, 2017).

Nesse sentido, acredita-se que conhecer as narrativas de estudantes sobre suas vivências em coletivos e grupos no espaço acadêmico pode contribuir para garantir, mais que o acesso, a permanência digna e de qualidade no ambiente universitário. Do mesmo modo, conhecer especificamente as narrativas sobre as trajetórias acadêmicas de mulheres que vivem no estado do Amazonas pode contribuir para ampliar a compreensão sobre as condições e experiências que atravessam sua inserção no espaço universitário.

O deslocamento de estudantes de casa para diferentes cidades para adentrar a universidade é algo comum na experiência formativa de muitos jovens em diferentes lugares do mundo, especialmente em áreas rurais (Alves, 2023). Contudo, a região norte do país possui uma característica peculiar nos quais os fluxos migratórios aparecem com muita frequência na vida dos estudantes tanto na área urbana como rural, especificamente por uma geografia própria a partir dos rios da Amazônia. Estudos recentes (Lemos, 2021; Lima, 2022) identificaram que o acesso e a permanência no ensino superior pelas mulheres na/da Amazônia são constituídos pelas especificidades geográficas, econômicas, sociais e culturais dessa região. Tais aspectos implicam em invisibilidades e desafios que precisam ser superados a partir das estratégias de políticas públicas pautadas no interesse coletivo das mulheres que vivenciam esses impactos na sua trajetória acadêmica.

Olhar para jovens mulheres que participam de coletivos é importante ao considerar que a juventude não é algo acabado, ou que necessariamente tenha um início e um fim bem delimitados (Senna e Dessen, 2012). No Brasil, o Estatuto da Juventude

considera que este período incorpora a idade que vai dos 15 aos 29 anos (Brasil, 2013). E essa delimitação será considerada neste estudo. Acredita-se que ao identificar de que modo o engajamento em coletivos aparece na trajetória de jovens estudantes amazônidas e identificar nas entrevistas realizadas se os coletivos aparecem como possibilidades de contribuições para permanência no ensino superior, o resultado deste presente estudo poderá contribuir significativamente para novas estratégias de fortalecimento do Ensino Superior como espaço de inclusão de grupos comumente marginalizados e excluídos.

A base teórica desta pesquisa está ancorada em uma perspectiva interseccional, compreendendo que as experiências das mulheres são constituídas a partir do entrecruzamento de diferentes marcadores sociais, históricos e territoriais. Nesse sentido, o estudo dialoga com as teorias e epistemologias feministas e decoloniais, que contribuem para a compreensão das especificidades que atravessam as vivências de mulheres latino-americanas (Gonzalez, 2020; bell hooks, 2021; Silva et al., 2024). A partir dessa perspectiva, busca-se compreender que as desigualdades vivenciadas por essas mulheres não podem ser explicadas por um único aspecto de suas experiências, mas se produzem nas relações estabelecidas entre diferentes condições e marcadores sociais, que também assumem configurações particulares no contexto universitário. Esse olhar é articulado às contribuições do existencialismo sartreano, especialmente por possibilitar a compreensão dos sujeitos a partir de sua relação com as condições concretas nas quais suas existências se constituem. Embora inseridas em contextos marcados por desigualdades e por limites que antecedem suas escolhas individuais, as mulheres não são compreendidas apenas como resultado dessas circunstâncias. Suas trajetórias também envolvem os sentidos atribuídos às próprias experiências, as escolhas realizadas diante das possibilidades existentes e as formas pelas quais se relacionam e atuam em seus contextos (Lapassade, 1977; Perdigão, 1995, Sartre, 2002).

Somam-se a essa perspectiva as contribuições de Sartre e Lapassade para a compreensão dos processos de constituição e formação dos grupos, a partir das relações estabelecidas entre os sujeitos e as coletividades. Nessa direção, o interesse pelos grupos e coletivos no contexto acadêmico está relacionado à possibilidade de compreender como determinadas experiências, quando compartilhadas, podem adquirir novos

sentidos e produzir formas de vínculo e ação coletiva (Lapassade, 1977; Perdigão, 1995; Sartre, 2002).

Através deste estudo, buscou-se não apenas a compreensão das experiências vivenciadas por mulheres nas suas trajetórias até a universidade, mas também conhecer as implicações que ajudam ou impedem a permanência nestes espaços com possibilidades de implementação de políticas e práticas que possam dar visibilidade e promover a equidade das mulheres na região amazônica. Com a análise das narrativas das estudantes associadas aos contextos dos movimentos sociais que estão inseridas, entender como essas estruturas também são marcadores essenciais na formação identitária e desenvolvimento do inconformismo de suas realidades mediante a promoção de processos de mobilização (Almeida et al, 2020; Torres, 2020).

Grupos e Coletivos de Mulheres na Universidade

É preciso destacar o papel dos grupos e coletivos na vida de mulheres e como a participação ou simplesmente a existência dos processos grupais gera implicações em diferentes espaços e modos de vida. Segundo Gouvêa (2018), as práticas sociais, como a participação de grupos e coletivos, são conceituadas como ações constituintes, formadoras e transformadoras da identidade de uma pessoa. Sob esse aspecto, entende-se que é por esse conjunto de atividades que valores e crenças se moldam e elaboram tentativas de mudanças na estrutura social pré-estabelecida, especialmente quando a realidade é marcada por desigualdade e limitação. Nesse sentido, hooks (2021) nos ajuda a pensar na importância dos grupos mediante a construção de comunidades colaborativas que transformam a realidade dentro de seus diferentes níveis de opressão de raça, classe, gênero e território.

A concepção de grupo dentro das perspectivas sociais, filosóficas e até mesmo dentro da psicologia permite algumas reflexões importantes sobre a concepção de grupos e coletivos nas universidades. Lapassade (1977), por exemplo, se inspira no existencialismo Sartriano para falar de grupos. Os grupos, portanto, são definidos pelo conjunto de pessoas unidas por diversas razões, sejam elas no âmbito familiar, político ou religioso, e podem ter características mais formais, como em um ambiente de trabalho,

ou informais, como um grupo de amigos. Nesse nível de sistema social, os seus participantes são regidos por uma organização institucional que visa estabelecer papéis para a manutenção da ordem, e, uma vez reunidos para a realização de um objetivo em comum, exigem comportamentos convergentes e satisfatórios, como a consonância de opiniões e atitudes (Lapassade, 1977).

De acordo com essa concepção, Sartre (2002) diferencia grupos de coletivos, os coletivos surgem assim que é estabelecida uma finalidade e, consequentemente, se encerram quando sua estrutura não tem mais pertinência para os envolvidos. Em contrapartida, os grupos organizam-se para que haja a manutenção do mesmo. Todavia, a despeito das definições teóricas, nos últimos anos, o termo coletivo tem sido utilizado para identificar pessoas que não apenas se agrupam e se desfazem assim que os objetivos são alcançados e buscam permanecer em fusão. Esse tipo de grupo, ainda que se autodenomine como coletivo, mantém o que considera-se um grupo-em-fusão. O surgimento desse tipo de coletividade está associado a participação intencional dos membros, que acreditam na ação de todos como formativa do grupo, ou seja, a partir do momento em que as escolhas e as atividades individuais são voltadas para a centralização e colaboração entre estes sujeitos, o grupo-em-fusão é formado. O movimento dos grupos e coletivos é o próprio movimento da dinâmica da vida em sociedade.

Nessa perspectiva, é possível falar sobre a importância da práxis do grupo que, de acordo com Paulo Perdigão (1995) consiste em, no contexto de interação entre os membros, identificar a sua ação individual, o seu objetivo, sua liberdade e significação de sua experiência como percepção conjunta de todos. Cada participante atribui o desenvolvimento das atividades e os propósitos dos outros como o seu, o que confere eficácia na colaboração grupal e fortalece o sentimento de poder coletivo.

Constantemente, os coletivos têm sido definidos como um conjunto de indivíduos que se associam para a busca de transformações sociais e políticas, que, geralmente, são vinculados ao ambiente acadêmico (Caldas, 2022). Portanto, têm sua formação relacionada a ideais mais específicos, principalmente no que se refere a causas e preocupações de dimensões mais ativistas. Conforme Caldas, quando se trata de coletivos constituído por estudantes, há uma rotatividade comum devido a própria estrutura universitária ser de um ambiente de passagem que faz com que haja sempre a renovação

de tais coletivos. Assim, a sua atuação se centraliza de acordo com as percepções de disparidade do contexto vivido por seus participantes, pelo reconhecimento de seus pensamentos e expressões, e pela capacidade de propor alternativas que promovam a melhoria de seu ambiente (Gouvêa, 2018; Medeiros et al, 2017; Thibes et al, 2020).

Ao considerar a sua organização, Thibes et al (2020) afirma que os coletivos “[...] são caracterizados pela informalidade e por pouca ou nenhuma institucionalidade”. Logo, diferente dos grupos, em prol da conscientização pública daquilo que defendem, os coletivos podem ser estruturados de maneira mais complexa ou não, mas mantendo uma ordenação horizontal, com destaque na ausência ou compartilhamento da liderança, e procura por consenso nos tópicos debatidos (Thibes et al, 2020; Perez, 2022). No meio coletivo, entre alguns temas discutidos, há a ênfase na procura da garantia de direitos humanos pertinentes aos contextos de desigualdade social, de gênero, diminuição de violência e preconceitos, assim como a afirmação da identidade de grupos minoritários e marginalizados (Thibes et al, 2020; Perez, 2022). No âmbito universitário, Lapassade (1977) assimila a universidade às hierarquias existentes na sociedade, em que é observada uma reprodução do sistema de dominação. Dessa maneira, essa instituição acaba por ser dominante, na medida em que mantém o sistema de dominação. Então, nesse cenário saturado de ideias conservadoras e elitistas, a presença da diversidade como promoção de discursos e a ampliação da inserção de estudantes que são parte de grupos marginalizados e minoritários é fundamental para a quebra do sistema dominante (Amaral e Naves, 2020).

Como parte do contexto educacional, os movimentos estudantis são exemplos da atuação coletiva de jovens e têm os seus princípios pautados no posicionamento político dos estudantes, na defesa da educação e em reivindicações de direitos (Amaral, 2014; Costa e Costa, 2020). Antes da consolidação dos coletivos estudantis como uma forma de organização no espaço universitário, os Centros Acadêmicos constituíam uma das principais formas de organização e manifestação dos estudantes, caracterizando-se, contudo, por uma estrutura mais formal, marcada pela realização de eleições e pela existência de hierarquias. Enquanto parte do movimento estudantil, atuavam e atuam na mobilização dos universitários em diferentes pautas e contextos políticos (Maria e Ozório, 2017). Isso não significa que essas formas de organização sejam mutuamente excludentes,

uma vez que podem coexistir e atuar simultaneamente, ainda que apresentem diferentes formas de organização e interação.

No que se refere à participação de mulheres em coletivos, as buscas por mudanças sociais são pautadas, principalmente, por questões de gênero e violência vividas, porém, abordam também tópicos de diminuição da desigualdade e procuram agir mediante a articulação das interseccionalidades vividas no feminino, sendo elas, as questões raciais, de classe e de gênero (Caldas, 2022; Silva, 2022). O conceito de interseccionalidade foi um termo inicialmente utilizado por Crenshaw (2002) para definir a interação de diferentes formas de discriminação, isto é, as opressões de raça, gênero, classe social, orientação sexual e etc, que antes eram individualizadas, e as caracteriza como cruzamentos ou eixos, as considerando constituintes de pessoas e múltiplos grupos marginalizados. Crenshaw aponta a necessidade de entender essas desigualdades em uma combinação, não mais se tratando de maneira distintas e mutuamente excludentes.

No cotidiano, o termo interseccionalidade está presente nas diversas maneiras que esses tipos de opressão são produzidos e aplicados. Como prática crítica, essa estrutura é fundamental na luta contra as desigualdades, pois permite uma compreensão mais complexa das experiências de injustiça e reconhecimento dos privilégios e dinâmicas de poder que moldam o contexto social. Sendo assim, ao trabalhar o pensamento crítico associado a interseccionalidade é possível o desenvolvimento de ações no combate dessas opressões, seja na transformação dessas estruturas ao tornar visível o que é vivenciado ou na formação de grupos que buscam a promoção da equidade entre todos (Bilge e Collins, 2021). Os coletivos têm papel no questionamento da dominação patriarcal, principalmente quando demarcam o seu espaço de livre pensar e falar, mas também expõem, para as mulheres envolvidas, um ambiente de acolhimento emocional e validação de diversidades, na qual podem se expressar politicamente e culturalmente (Torres, 2020). Essa atuação não se limita somente ao presencial, mas também pode ocorrer por meio de plataformas virtuais, de forma a ampliar os seus ideais para diferentes públicos e conseguir maior visibilidade. Ainda, dependendo do ambiente e vinculação, essas práticas sociais podem se enquadrar em ações com contextos distintos, sejam eles como maneira de expressão artística, na atuação no ensino superior, ou sejam eles na

aproximação de mulheres em uma rede empreendedora (Justus, Romancini e Castilho, 2019).

A participação das mulheres no meio acadêmico, apesar do nível de instrução feminino, é maior do que a dos homens, segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua de 2019 (IBGE, 2021), com uma diferença mais acentuada na faixa de 25 a 34 anos. Ainda assim, essa participação é delimitada por empecilhos decorrentes do machismo e do patriarcado presentes na sociedade, além da menor inserção nas áreas de Ciências Exatas e da Terra e de Engenharias, consideradas de maior prestígio e remuneração (Soppa, 2023). Historicamente, essa inserção no ensino superior ocorreu de forma tardia, já que, na cultura, os ensinamentos eram limitados aos deveres do lar e os cursos nas universidades voltavam-se para as áreas de caráter profissional, que eram integradas exclusivamente pelo público masculino (Soppa, 2023).

Como caso ilustrativo, Silva (2023) apresenta a sua experiência ao participar do Coletivo MãEstudantes da Universidade Federal de Santa Catarina, que tem o seu surgimento atrelado à intenção de expor as dificuldades sofridas por mães estudantes e na luta pela permanência no ensino superior. Dessa forma, as participantes puderam propor mudanças e soluções para a administração da instituição, na qual foi possível pensar em conjunto nas políticas necessárias que incluíssem as diversas situações que impossibilitam o estudo dessas mulheres. Em outro contexto, o Coletivo de Mulheres da Puc-Rio, com o surgimento em 2019, tem o propósito de superar as desigualdades de gênero, etnia e orientação sexual a partir de atividades e debates para a intervenção cultural. A partir das pesquisas de campo realizadas por Maria e Ozório (2017), identificou-se que as ações desse coletivo vão além da universidade, pois promovem ações externas, como visitas a escolas, organizações não governamentais (ONGs) e projetos sociais, como forma de propor mudanças no ambiente social mais amplo. Ainda, seu modo de organização é a partir de encontros periódicos, com a autogestão, na qual todas têm o mesmo poder de palavra.

Diante do exposto, evidencia-se a importância da aparição de coletivos de mulheres com a finalidade de proporcionar alternativas e lutas para o garantir da permanência de mulheres na universidade e, da mesma forma, permitir a compreensão de suas identidades e conflitos que as permeiam, promovendo, então, processos de

indignação e mobilização diante das restrições marcadas por padrões sociais dominantes, que atendem uma população ocupante de espaços de privilégio (Almeida et al, 2020; Torres, 2020). Desse modo, essas práticas sociais possibilitam ambientes de múltiplo compartilhamento de subjetividades e desenvolvimento de relações sociais significativas na continuidade da ocupação dessas estudantes no contexto educacional (Almeida et al, 2020; Maria e Ozório, 2017).

Mulheres amazônidas e engajamento em coletivos: Aspectos interseccionais e étnico-raciais

De acordo com Souza (2019), a Amazônia compreende a extensão territorial da bacia amazônica formada por países da América do Sul, sendo a maior porcentagem distribuída no Brasil com 68%. Porém, cabe a esta pesquisa o foco no entendimento centrado na região norte brasileira, que abrange a Amazônia Legal e, mais especificamente, o estado do Amazonas. Apesar de a história do surgimento deste território ser marcada por narrativas fantasiosas e retratos de imensa exuberância, ao analisar o processo histórico e social na formação da Amazônia de hoje, é preciso destacar a ocupação de povos originários e posteriormente a chegada dos europeus no século XVI (Souza, 2019).

No passado, a sociodiversidade amazônica era evidenciada pelas habitações de sociedades complexas e riqueza de diversidade de culturas e idiomas, o que também contava com um sistema e ideologias centrados e estratificados. Porém, com o plano colonial, a extensão, antes destacada pela alta densidade demográfica destas sociedades, foi demarcada por violências, expugnações e guerras, o que ocasionou a interrupção do seu desenvolvimento e massacre das populações. Não obstante, a ação europeia associada à participação da Igreja impulsionaram a disrupção colonial e propiciaram a assimilação forçada de costumes, religiosidades e organizações sociais estrangeiras ao cotidiano dos indígenas (Heck, Loebens e Carvalho, 2005; Souza, 2019)

Desde a colonização, os olhares externos são voltados às riquezas amazônicas em ordem econômica e de natureza política, tornando a exploração das terras uma realidade mesmo nos períodos atuais. Tais ocorrências desempenharam um papel crucial na formação dos povos da região, que foram demarcados por contextos de escravidão de

negros e indígenas, lutas contra a opressão, apagamento de valores e costumes, subserviência de nordestinos e seringueiros diante ao sistema econômico e resistência dos nativos em busca da continuidade de suas tradições. A ocupação europeia proporcionou alterações irreversíveis na história formativa da região, influenciando a cultura, economia e política com o apagamento de trajetórias e narrativas não condizentes com os pensamentos dos colonizadores da época (Diniz, 2017; Souza, 2019).

Fraxe, Witkoski e Miguez (2009) afirmam que o sujeito amazônico “[...] é fruto da confluência de sujeitos sociais distintos [...]”, sejam europeus, negros, nordestinos e ameríndios, os quais fazem parte do processo formativo da identidade regional e de uma singular forma de organização social. Assim, os grupos sociais inseridos nesse espaço manifestam, em seu cotidiano, heranças socioculturais que podem ser percebidas por meio de seu estilo de vida e de suas formas de subsistência, únicas, mas que ainda se expandem no mundo urbano com a assimilação ou rejeição de antigos costumes, permitindo influências urbanas e industriais atuais e não os categorizando em uma realidade estática. Quando se trata dos povos e comunidades tradicionais, a legislação federal brasileira, mais especificamente o Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, inciso I, os define como grupos culturalmente diferenciados, que possuem organização social própria e utilizam os recursos naturais e territórios para sua subsistência e transmissão de suas tradições (BRASIL, 2007). Dentre as populações que residem na Amazônia, ganham destaque os povos indígenas, as comunidades ribeirinhas, pescadores, seringueiros, quilombolas, imigrantes e outros, os quais são influenciados por suas relações intrínsecas com o ambiente em que vivem, de onde tiram seu sustento e reproduzem suas tradições construídas de forma sócio-histórica (Fraxe, Witkoski e Miguez, 2009; Lira e Chaves, 2016).

No Brasil, a região amazônica é relacionada à multiplicidade étnico-cultural em sua conexão com diferentes povos e comunidades tradicionais, e também é definida a partir do grande território que contém alto valor quanto à biodiversidade e à sustentabilidade. No entanto, em decorrência da falta de investimentos, exploração capitalista demasiada e acesso precário a direitos básicos como saúde, educação e bem viver, apresenta desigualdades e dificuldades na vivência de seus moradores, principalmente quando se tratam das mulheres amazônidas (Barroso, 2017; Becker, 2006). Ao comparar a presença

feminina e masculina nas narrativas históricas na Amazônia é perceptível a sua forma desigual na falta de evidência das mulheres, que tinham relevância apenas quando eram definidas como mercadorias na execução de tarefas domésticas ou vistas como conquistas na disputa entre homens, mas que ainda assim eram esquecidas. As tarefas exercidas por elas garantiam sua sobrevivência em meio a um sistema que não as incluía de forma ideal, o que tornava o seu cotidiano voltado para a manutenção da casa, cuidados de crianças, cultivo de alimentos e artesanato, dessa forma, mesmo invisibilizadas, também eram grandes responsáveis pelo sustento da sociedade (Wolff, 1999).

Não somente vistas associadas à sua produtividade, as relações entre os homens e mulheres eram marcadas por atribuições de gênero e dinâmicas de poder reproduzidas pelos pensamentos societais. Assim, para Wolff (1999), a mulher era tida como posse, cujos direitos e possibilidades de escolha eram restringidos, sendo impossibilitada de exercer determinadas profissões e de ter autonomia sobre o próprio corpo. Na ocasião em que não optavam por casamentos ou uniões estáveis, tinham como alternativa a prostituição. Ainda, não se pode excluir as violências vivenciadas na época, que reverberam até os dias atuais nas práticas sociais integradas ao medo e as memórias de suas trajetórias.

Apesar de grande significância nas construções identitárias de sua região, as mulheres amazônidas têm suas vivências associadas a complexas dinâmicas interseccionais, nas quais são vistas como subalternas devido às questões de gênero, classe, raça, etnia e de acesso a serviços humanos básicos. Para a compreensão da realidade das mulheres amazônidas, é imprescindível perceber as interseccionalidades que as cercam, possibilitando o enfrentamento dos marcadores sociais específicos e das diferentes formas de opressão que vivenciam (Mendonça, Malmed e Almeida, 2022; Wolff, 1999).

Na cidade de Brasília, mulheres indígenas participantes do projeto Voz das Mulheres Indígenas, em 2018, oportunizaram por meio de uma cartilha intitulada “Pauta Nacional das Mulheres Indígenas” a visibilidade de suas demandas, apresentando pautas discutidas em seus coletivos, como as opressões vividas, formação de suas organizações e garantia da participação de mulheres indígenas em decisões governamentais (Dutra e

Mayorga, 2019). Portanto, a articulação entre as mulheres amazônidas e a política permite a defesa e reivindicações de seus interesses e direitos, com discussões acerca da discriminação e a violência de gênero, e promoção de mudanças sociais e políticas, possibilitando espaços abertos para a expressão das dificuldades enfrentadas e defesa de suas identidades (Dutra e Mayorga, 2019).

METODOLOGIA

Tipo de Pesquisa

A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa, com ênfase às narrativas, por possibilitar a interpretação das realidades sociais e a compreensão das experiências humanas a partir da relação dos sujeitos com os contextos em que estão inseridos. A escolha dessa abordagem justifica-se pela necessidade de aprofundamento dos contextos e subjetividades atribuídos pelas participantes às suas experiências individuais (Gaskell e Bauer, 2008; Alves e Oliveira, 2019). Dessa forma, buscou compreender e explorar os significados atribuídos por mulheres em suas trajetórias e permanência acadêmica, especialmente quando estes estão associados à sua participação em coletivos.

Sujeitos da Pesquisa

Os critérios de inclusão deste trabalho consideraram o gênero feminino e graduandas de universidades no Estado do Amazonas. Foram incluídas jovens estudantes de até 29 anos. Foram priorizadas entrevistas com mulheres que tiveram envolvimento com movimentos sociais e coletivos. Não foram contempladas participantes que apresentassem dificuldades de comunicação que inviabilizasse a realização da entrevista narrativa. Bem como, não foram incluídas estudantes fora da faixa etária prevista para o estudo.

Instrumentos de coleta de dados

Na condução desta pesquisa, foram utilizados dois instrumentos para a coleta de dados: entrevista narrativa e entrevista móvel. O tipo de entrevista narrativa foi realizado por meio de uma pergunta motivadora, que permitiu às entrevistadas narrarem de forma

livre e espontânea suas trajetórias de vida. Nos casos em que as respostas se mostraram breves ou pouco desenvolvidas, a pesquisadora realizou intervenções pontuais de estimulação narrativa, bem como perguntas de aprofundamento e esclarecimento de aspectos que não ficaram suficientemente claros durante o relato (Silva, 2023; Ferreira et al, 2024). Quanto ao tipo móvel, este consistiu em uma modalidade de entrevista na qual a pesquisadora acompanhou as participantes em seus deslocamentos por territórios significativos em suas trajetórias. Esse procedimento possibilitou que as narrativas fossem produzidas em interação com os espaços vividos, favorecendo o aparecimento de memórias, experiências e significados associados a estes lugares (Camponovo et. al., 2021).

Coleta de dados

As entrevistas narrativas e móveis foram realizadas conforme a disponibilidade das participantes. Todas as entrevistas foram gravadas, mediante consentimento prévio, e posteriormente transcritas na íntegra para fins de análise. A condução das entrevistas baseou-se em uma escuta atenta e acolhedora, favorecendo a criação de um ambiente de confiança que possibilitou às participantes compartilhar livremente suas experiências e percepções, inclusive acerca de temas sensíveis. A participação ocorreu somente após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). O material analisado integra o banco de dados do projeto de pesquisa “Itinerários e Condições de Desenvolvimento de Jovens Estudantes do Ensino Superior”, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas – CEP/UFAM, sob o CAAE nº 64651822.2.0000.5020, parecer nº 5.765.546.

Análise de Dados

As narrativas foram realizadas conforme os pressupostos das pesquisas qualitativas mediante uso do método progressivo-regressivo (Ferreira, et al, 2024; Sousa e Schneider, 2021). Esse método é fundamentado na perspectiva dialética sartreana, buscando compreender as trajetórias das participantes a partir da relação entre suas experiências singulares e as condições históricas, sociais e materiais que atravessam suas existências. As entrevistas foram organizadas e codificadas por temas e categorias com

auxílio do software ATLAS.ti, a partir da identificação e do agrupamento das narrativas em unidades de sentido, considerando as experiências relatadas pelas participantes e sua relação com os objetivos da pesquisa.

Nesse processo, o movimento regressivo parte das experiências narradas pelas estudantes em direção às condições e mediações que constituem suas trajetórias, considerando os marcadores interseccionais, as relações familiares, as condições socioeconômicas, as vivências no espaço universitário e a participação política. O movimento progressivo permite retornar às experiências singulares, buscando compreender como essas condições são vividas e significadas pelas mulheres e como, diante delas, constroem possibilidades de escolha, enfrentamento e resistência. Dessa forma, a análise se constitui no movimento entre o singular e as condições sociais mais amplas, compreendendo essas mulheres como sujeitos situados que são atravessados pelas condições concretas de sua existência, mas que também constroem, em suas trajetórias e na participação em movimentos e coletivos, possibilidades de transformação de si e de suas realidades.

ANÁLISES E RESULTADOS

Participaram desta pesquisa 5 estudantes da graduação, sendo 4 oriundas do interior do estado do Amazonas e 1 da capital. A fim de preservar a identidade das participantes, foram utilizados os pseudônimos Guaraná, Andiroba, Buriti, Sumaúma e Restinga, escolhidos por fazerem referência a elementos característicos da região amazônica. A escolha desses nomes busca valorizar aspectos do contexto sociocultural amazônico no qual a pesquisa se insere, estabelecendo uma relação simbólica entre as participantes e o território investigado. Dessas, todas eram graduandas de universidades públicas localizadas no Amazonas e, no momento das entrevistas, as participantes estavam regularmente matriculadas em seus respectivos cursos. Os dados analisados aqui revelam a profundidade encontrada nas narrativas de jovens estudantes do ensino superior territorializadas no contexto amazônica.

Constituição da participação de mulheres em coletivos de jovens estudantes no Ensino Superior

As práticas sociais, como a participação de grupos e coletivos são conceituadas como ações transformadoras da identidade de uma pessoa, na medida em que possibilitam a construção de valores, crenças e iniciativas voltadas à transformação de contextos sociais marcados por desigualdades (Gouvêa, 2018). Nas narrativas analisadas, observou-se como a participação destes espaços surgiu, muitas vezes, como estratégia para lidar com dificuldades vivenciadas durante sua trajetória universitária.

A narrativa da estudante Guaraná, com sua trajetória universitária demarcada pela sua migração para outro município, e consequente afastamento de seu contexto familiar, bem como a ausência de apoio financeiro e moradia, ilustra esse processo. A participante destaca que, em sua busca por ocupar mais espaços na universidade e promover ações para que aqueles com vivências similares encontrassem acolhimento, desenvolveu um grupo de estudos que permitia o compartilhamento dos fatores que impedem e promovem a permanência dos estudantes no ensino superior.

Ressaltou, também, que os participantes enxergam o grupo como lugar seguro para partilhar angústias, de forma que “[...] eles também se curem disso, para que eles também se desprendam dessas coisas que empatam eles, que tornam a vivência universitária deles mais difícil” (Entrevistada Guaraná). Do mesmo modo, para Andiroba, que destacou, em sua narrativa, a sua vivência atravessada por violências de gênero, de constante luta em busca da conclusão de sua graduação, demarcada pela dificuldade financeira e ausência de um sistema de apoio estruturado, especialmente no que se refere a maternidade, descreve que os grupos de mulheres que participou:

[...] só trouxe benefícios para mim, os projetos que eu participei, inclusive essa da questão do empoderamento feminino. Foi muito importante. E ele veio esclarecer a minha mente, né? Fez com que eu incentivasse mais as mulheres [...] Incentivar a estudar, a trabalhar (Entrevistada Andiroba).

A fala de Andiroba evidencia como a participação em grupos constitui um espaço significativo de fortalecimento pessoal e ampliação de suas perspectivas sobre sua trajetória acadêmica e inserções sociais. Ao relatar os benefícios de sua inserção em projetos voltados ao empoderamento feminino, a participante destaca que esses espaços

contribuíram para uma mudança em sua forma de compreender suas próprias possibilidades, incentivando-a não apenas a continuar seus estudos, mas também a estimular outras mulheres a buscar autonomia por meio da educação e do trabalho.

Esse tipo de experiência sugere que os coletivos vivenciados funcionam como espaços de compartilhamento de narrativas de vida, elaboração coletiva de dificuldades enfrentadas e mobilização das participantes em realizar ações de mudanças de sua situação vigente, tendo o grupo como formador do senso de segurança e da importância da coletividade na elaboração de estratégias no enfrentamento de dificuldades. Sob essa perspectiva, pode-se compreender as experiências de Andiroba e Guaraná a partir de discussões sobre grupos e coletivos enquanto forma de organização social, que reúne indivíduos em torno de objetivos ou interesses em comum. Conforme aponta Lapassade (1977), os grupos podem fornecer aos seus participantes a possibilidade de construção de vínculos, em que assumem papéis e constroem formas de ação coletiva orientadas por determinada finalidade, e possuindo concordância de opiniões.

Nesse sentido, também pode ser percebido que as experiências narradas pelas participantes apresentam elementos que se aproximam da noção de grupo-em-fusão, discutida por Sartre (Perdigão, 1995). Os membros que constituem esse tipo de coletividade compartilham determinadas condições ou experiências que favorecem sua mobilização e interioridade de pensamentos. Logo, a ação individual é compreendida como integrante de uma ação mais ampla, as experiências particulares estão relacionadas aos contextos compartilhados em grupo, deixando de serem reconhecidas como situações isoladas ou de responsabilidade exclusivamente pessoal. Ao compartilhar vivências marcadas por desigualdades de gênero, dificuldades econômicas, de inserção integral no meio acadêmico e percepção da ausência de apoio institucional, as participantes se reúnem coletivamente reinterpretando suas realidades. Essa dinâmica demonstra a capacidade de grupos-em-fusão de criar e fortalecer os sentimentos de pertencimento, de compreensão da capacidade de enfrentamento de situações de desigualdade, das influências histórico-sociais nos percalços de suas vidas.

Tipos de ações e mobilizações em coletivos

Os coletivos, na contemporaneidade, são compreendidos pela forma de organização voltada à articulação de sujeitos em torno de pautas sociais e políticas, frequentemente mobilizadas no combate de desigualdades e na defesa de direitos. tendem a emergir a partir do reconhecimento de experiências compartilhadas entre seus participantes, que identificam em suas trajetórias marcas de exclusão ou marginalização e, a partir disso, constroem iniciativas coletivas voltadas à transformação de suas condições de vida. No contexto universitário, essas organizações passam a assumir características próprias do ambiente acadêmico, reunindo estudantes em torno de demandas relacionadas às vivências e desafios enfrentados na universidade (Caldas, 2022; Gouvêa, 2018; Thibes et al., 2020). Nesse aspecto, a entrevistada Andiroba relata sua experiência em participação de coletivo, que possuía o objetivo de promover o empoderamento feminino por meio da confecção de bonecas indígenas, no incentivo a independência das mulheres participantes:

[...] Eu vejo que elas têm uma visão assim que não tem capacidade de trabalhar, estudar, porque elas estão ali acomodadas. Então, esse projeto trazia muito essa mensagem de empoderamento com a mulher, né? Incentivar a mulher a trabalhar, a estudar, a denunciar qualquer tipo de violência [...] (Participante Andiroba)

A fala da participante evidencia que essas iniciativas extrapolam a realização de atividades pontuais, mas constituem-se como espaços essenciais na construção de processos de autonomia e mobilização social. É por meio deles que também se torna possível enxergar as injustiças que permeiam suas realidades. Ao incentivar mulheres a estudar, trabalhar e denunciar situações de violências, os coletivos contribuem para que grupos marginalizados encontrem espaços de visibilidade e reconhecimento. Sendo assim, as suas demandas são expressas, debatidas e articuladas coletivamente em prol do combate de estruturas de poder que sustentam o sistema dominante, que historicamente as excluem, podendo ser identificadas inclusive no meio acadêmico (Amaral e Naves, 2020; Lapassade, 1977; Perez, 2022). Os coletivos buscam tensionar essas estruturas hierárquicas de poder, abrindo possibilidades de transformação de dinâmicas institucionais que, muitas vezes, não reconhecem nem consideram as experiências e

demandas desses grupos, contribuindo para a reprodução de desigualdades no interior do ensino superior (Amaral e Naves, 2020; Lapassade, 1977).

As entrevistadas Buriti e Samaúma, em suas respectivas participações em movimentos estudantis, compartilharam que a atuação desses, por meio de reuniões presenciais ou remotas, promoviam pautas voltadas a reivindicações coletivas, deliberações das demandas estudantis e promoção de ações que permitiam o maior envolvimento com a universidade, assim como suporte para o desenvolvimento pessoal e profissional. Buriti destaca que foi através de sua inserção no movimento estudantil que conseguiu se informar a respeito de editais de seu interesse, auxílio na inscrição de cursos, palestras e afins.

Elementos que promovem ou impedem a permanência universitária

A participação de mulheres em coletivos frequentemente está associada à busca por transformações sociais relacionadas às desigualdades de gênero, às violências vivenciadas e às condições de acesso e permanência em diferentes espaços sociais. Entretanto, essas experiências também se articulam com outras dimensões de desigualdade, como raça e classe social, evidenciando a importância de compreender essas vivências a partir de uma perspectiva interseccional (Caldas, 2022; Crenshaw, 2022).

A abordagem interseccional permite compreender também como as desigualdades não se apresentam de maneira isolada, mas atuam mutuamente na produção de trajetórias marcadas por estigmas e exclusão social. Dessa maneira, as narrativas das participantes evidenciam como as estruturas sociais marcadas por relações de poder atravessam seus cotidianos, influenciando diretamente seus processos de acesso e permanência no espaço universitário (Bilge e Collins, 2021).

Essa estrutura pode ser observada na vivência narrada pela entrevistada Restinga, que, desde a infância sofreu impedimentos em seu desejo pelo estudo, na qual, inicialmente, não possuía apoio familiar para sua formação escolar em decorrência dos pensamentos machistas perpetuados por sua família, a mesma afirmou:

[...] E eu sempre quis estudar e a minha mãe adotiva, ela nunca apoiou, ela sempre dizia assim: que ela não tinha estudado muito e ela estava viva até aquele momento e tal, e que eu tinha que trabalhar e me casar, ter filho, minha família, aquela coisa toda' (Entrevistada Restinga).

Ainda, as condições financeiras da família adotiva, bem como a dos pais biológicos, não permitiam um ensino de qualidade ou mesmo sua inserção escolar de forma regular, o que, em contrapartida, motivou a referida entrevistada a buscar a alfabetização por meio dos ensinamentos de amigos de sua idade, na vizinhança. No que se refere ao seu percurso no ensino superior, Restinga relata que, após o seu casamento e o nascimento de seus filhos, teve dificuldades em continuar com seus estudos, especialmente quando tinha que lidar com a ausência de incentivos e suporte familiar, que tornavam a responsabilidade dos cuidados do lar e das crianças como aqueles que somente deveriam ser realizados por ela. Em uma dessas situações, Restinga conta

Aí, eu fiz o vestibular, né? Passei para o meu primeiro curso que foi Serviço Social e também foi muito complicado porque não tinha com quem deixar os meninos que eles ainda eram pequenos, e meu marido não era assim muito presente [...] Ficava sempre a responsabilidade para mim, eu tinha que dar conta de tudo, da casa, dos filhos e, às vezes, dele também. E eu ficava muito sobrecarregada [...] (Entrevistada Restinga).

O ambiente universitário não proporcionou o devido acolhimento à referida entrevistada, que comentou a respeito do etarismo e preconceito sofridos devido à sua idade mais avançada que a maioria de seus colegas. A ampliação do acesso, que historicamente já ocorreu de forma tardia, não implicou, necessariamente na eliminação de preconceitos relacionados a gênero, raça e classe, uma vez que o ambiente ainda se encontra atravessado por dinâmicas marcadas pelo machismo estrutural, racismo e pela persistência de padrões patriarcais que continuam por atuar como mecanismos de controle em suas trajetórias (Soppa, 2023).

Ao analisar as entrevistas, foi percebido que o envolvimento com a Academia é um fator relacionado com recorrência como um auxílio na promoção da permanência de mulheres no ensino superior. Apesar dos empecilhos no acesso ao ensino superior, as entrevistadas Andiroba, Guaraná e Buriti atribuem à universidade um ambiente em que, associado com as suas participações ativas, promove impactos significativos para uma boa formação, com possibilidade de interação com contextos sociais diferentes, como forma de promoção da diversidade, bem como um espaço para suas lutas em prol dos

direitos estudantis debatidos nos coletivos em que fazem parte. Além disso, é por meio do sentido que dão à sua existência, em suas superações diante das adversidades e dificuldades enfrentadas, que estas mulheres amazônicas tornam a resiliência como um fator que também é destaque para o alcance de seus objetivos (Pinheiro, 2004). Buriti ressalta:

Bom, um marco importante que eu posso considerar, como eu conheci na minha trajetória de vida várias pessoas que eu posso considerar ruim, devido ao preconceito que elas tinham por pessoas indígenas, negras, independente da cor, né? Entre outras coisas assim, o que me manteve de pé para estudar todos esses anos e tal, e chegar na universidade, é porque eu quero ser alguém na vida (Entrevistada Buriti).

Ainda, Samaúma corrobora:

Sozinha eu estou caminhando. Eu estou indo a pé agora. Estou sem dinheiro hoje, mas eu tenho que concluir minha faculdade. Pessoas dizem que vão me ajudar, mas quando eu ligo, não me atendem. Quando eu ligo, dizem que estão ocupados. Falam uma coisa, mas não me ajudam. Então, eu cheguei numa conclusão comigo mesma, que quem busca seu sonho é sozinho. Caminho sozinho. Sim, pessoas vão vir, vão entrar, mas vão sair. Mas o sonho deve estar em primeiro lugar e Deus também junto com esse sonho (Entrevistada Samaúma).

Participação feminina e desigualdades estruturais na Amazônia: perspectivas interseccionais e étnico-raciais

Ao buscar compreender os aspectos que permeiam as trajetórias de vida das participantes, torna-se necessário considerar os contextos históricos, sociais e geográficos nas quais elas estão inseridas. No caso, a região da Amazônia, apesar da frequente representação da exuberância natural, foi formada por processos coloniais, de profunda exploração econômica de seus recursos e da violência contra os povos originários (Souza, 2019). Essa ocupação dos territórios amazônicos, a escravização de populações indígenas e negras, a imposição de modelos culturais e religiosos externos e o apagamento de saberes e modos de vida tradicionais ainda reverberam nas estruturas que atuam nessa sociedade (Diniz, 2017; Souza, 2019).

Os efeitos produzidos por esses processos históricos são vistos no presente, na insuficiência de investimentos públicos e no acesso limitado a direitos básicos como saúde, educação e condições dignas de vida (Barroso, 2017; Batista, 2007; Becker, 2006).

Estes acabam por atingir de forma particularmente intensa as mulheres amazônidas, cujas experiências são atravessadas por múltiplos marcadores sociais, como gênero, raça, etnia e classe (Bilge e Collins, 2021; Silva et al, 2024). Ao exemplificar isso, Samaúma, mulher indígena, contou parte desses desafios ao descrever suas dificuldades de adaptação ao ensino superior. Segundo seu relato, a forma de ensino predominante na universidade apresentava diferenças significativas em relação às formas de aprendizado vivenciadas em sua comunidade, o que gerava dificuldades de compreensão e adaptação acadêmica. Em vista disso, comentou que é comum que outros alunos indígenas passassem por reprovações no início da graduação. Exemplificou:

Entrava na sala de aula, o slide já tava jogado na parede, com imagens e textos. Bem complexo. A única coisa que se fazia era ouvir. Mesmo que você tirasse a dúvida na hora, não era algo esclarecedor. [...] Você tinha que estar sabendo já, de cor, decorado, e tu tem que saber o motivo de tu estar estudando aquilo. Então, quando era na hora do atendimento, a gente ia, mas não entrava na cabeça. Mesmo que tu ia lá, mas não fazia sentido. Não fazia sentido nenhum o conteúdo que é explicado. Em que sentido se aplica? Todas as vezes a gente se perguntava, em que sentido isso é aplicado na minha vida? Aonde vai ser aplicado futuramente? Então, é algo assim, visível, no momento que você entra numa comunidade. Então, ela não é algo esclarecedor. Tu entra como se a sua visão fosse tampada. Seu ouvido fosse tampado. E depois disso, passa-se anos, anos, ocorre-se a reprovação (Entrevistada Samaúma).

O relato evidencia tensões entre diferentes formas de produção e transmissão de conhecimento, revelando como práticas pedagógicas pouco sensíveis à diversidade sociocultural podem produzir barreiras adicionais para estudantes provenientes de contextos tradicionais. Nesse sentido, as dificuldades enfrentadas não se restringem ao domínio de conteúdos acadêmicos, mas envolvem também processos de reconhecimento cultural e de adaptação a modelos institucionais que frequentemente desconsideram saberes e experiências de grupos historicamente marginalizados (Silva et. al., 2024).

Situação semelhante aparece na narrativa de Buriti, também mulher indígena, que relata ter enfrentado, seja no contexto escolar, seja no cotidiano, preconceito devido a sua etnia. Comentou que, em decorrência do bullying na infância e das práticas de discriminação de certos professores, deixou de praticar sua língua nativa como forma de proteção. Diante disso, pauta-se que, além das questões de gênero, explicadas pelas narrativas históricas de limitações em suas vidas em razão dos padrões patriarcais da

época, a figura feminina da região também passa por dificuldades de acesso e inclusão devido à sua característica étnico-cultural muito atrelada com grupos marginalizados, são elas as mestiças, negras, ribeirinhas, indígenas, e outras. Logo, se faz necessário o desmantelamento da invisibilidade vivida por elas, que foram silenciadas historicamente e cerceadas por violências, seja através de políticas públicas, seja pela possibilitação do empoderamento, reconhecimento de suas identidades e mobilização em meio ao seu contexto (Mendonça, Malmed e Almeida, 2022; Wolff, 1999).

CONSIDERAÇÕES FINAIS/REFLEXÕES FINAIS

Este estudo buscou compreender as implicações que atravessam as vivências de mulheres que participam de coletivos no ensino superior, com ênfase em suas trajetórias e em seus processos de permanência na universidade. Para isso, realizou-se uma análise qualitativa das narrativas de mulheres amazônidas estudantes de graduação de diferentes instituições de ensino. Os achados deste estudo evidenciam que os coletivos desempenham um papel significativo no enfrentamento dos diversos desafios ainda presentes na trajetória acadêmica feminina, configurando-se como espaços fundamentais de suporte emocional, fortalecimento identitário e construção de estratégias de resistência. A compreensão das experiências dessas mulheres, especialmente no contexto amazônico, demanda o reconhecimento da pluralidade de dimensões que atravessam suas trajetórias. Nesse sentido, torna-se fundamental considerar as intersecções entre diferentes marcadores sociais que perpassam suas vivências, uma vez que tais elementos influenciam diretamente as formas como enfrentam desigualdades e constroem caminhos de permanência no ensino superior.

A análise das narrativas revelou que, além das dificuldades econômicas e dos processos de adaptação ao ambiente universitário, muitas estudantes reconhecem na educação uma possibilidade de transformação tanto de realidades socioeconômicas como de identidade e projetos de e para a vida. Em diversos casos, essa busca implica deslocamentos territoriais, em um processo de migração dentro de um estado gigante e atravessado por caminhos literalmente longos e árduos. Tais trajetórias são atravessadas por questões relacionadas ao gênero, à raça e à classe, que, somadas à ausência ou fragilidade de redes de apoio institucionais e familiares, acabam por intensificar os

desafios enfrentados ao longo do percurso acadêmico. Nesse contexto, a inserção em ambientes universitários que ainda reproduzem práticas excludentes e estruturas hierarquizadas contribui para a manutenção de desigualdades que atravessam o cotidiano dessas estudantes.

O surgimento e a consolidação de coletivos de mulheres revelam, portanto, processos de mobilização e organização coletiva diante das restrições vivenciadas. Esses espaços tornam-se importantes formas de articulação política e social, possibilitando a construção de redes de apoio, a mobilização em torno da garantia de direitos e a elaboração de estratégias voltadas à permanência no ensino superior. Ao mesmo tempo, contribuem para tensionar estruturas institucionais e ampliar debates sobre equidade, inclusão e justiça social no contexto universitário. Nesse processo, os coletivos também se constituem como espaços de elaboração coletiva de experiências, nos quais as estudantes compartilham vivências, produzem sentidos sobre suas trajetórias e constroem formas de reconhecimento e pertencimento no interior da universidade. Mais do que espaços de acolhimento, esses coletivos passam a operar como territórios de construção de subjetividades e de fortalecimento de vínculos sociais, favorecendo a continuidade das trajetórias acadêmicas dessas estudantes. Assim, podemos também apontar para a importância das territorialidades presentes a partir dos grupos e coletivos e sugerir que estudos futuros aprofundem tal dimensão.

Para além dessas dimensões, a participação nos coletivos também produz efeitos nas trajetórias das estudantes e nas formas pelas quais compreendem suas experiências no ensino superior. Essa compreensão dialoga com Silva, Santos e Oliveira (2026), ao evidenciarem que a participação em experiências coletivas pode produzir impactos nas trajetórias dos sujeitos e contribuir para a resignificação de suas concepções e práticas políticas. Para as mulheres participantes desta pesquisa, a inserção nesses espaços também possibilita que situações inicialmente enfrentadas de maneira individual sejam compartilhadas e reconhecidas em sua dimensão coletiva, especialmente quando relacionadas às desigualdades de gênero, raça, classe e território. A partir dessa compreensão, as contribuições de Sartre (2002) permitem refletir sobre as possibilidades que emergem quando sujeitos situados em determinadas condições reconhecem aspectos comuns em suas experiências. Ainda que os coletivos não eliminem as

desigualdades presentes na universidade, podem constituir espaços a partir dos quais se fortalecem vínculos, estratégias de permanência e possibilidades de mobilização e enfrentamento diante das condições vivenciadas.

De modo geral, essa pesquisa contribui para ampliar a compreensão sobre os processos de permanência feminina no ensino superior a partir de perspectivas situadas no contexto amazônico, evidenciando dimensões sociais e subjetivas frequentemente invisibilizadas nas análises sobre a vida universitária. Ao dar visibilidade às experiências vividas no interior dos coletivos, torna-se possível compreender como esses espaços atuam não apenas como redes de apoio, mas também como formas de organização coletiva que fortalecem processos de pertencimento, reconhecimento e construção de estratégias de enfrentamento diante das desigualdades presentes na vida universitária.

Ressalta-se que as narrativas analisadas refletem experiências situadas em um contexto específico da região amazônica, o que implica reconhecer que outras realidades acadêmicas podem apresentar dinâmicas, desafios e formas de organização distintas. Considera-se fundamental a ampliação de pesquisas que aprofundem a compreensão das dinâmicas sociais que atravessam as trajetórias de mulheres no ensino superior. Investigações que articulem gênero, educação e desigualdades sociais podem contribuir para ampliar a visibilidade dessas experiências e para subsidiar a formulação de políticas institucionais mais sensíveis às múltiplas realidades vivenciadas por estudantes.

AGRADECIMENTOS

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento aos macroprojetos de pesquisa que subsidiam o desenvolvimento deste estudo na Amazônia; Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela concessão de bolsa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) para realização deste estudo.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Zenaide. Juventude rural em um território de incertezas: questões para a educação. **Linguagens, Educação e Sociedade**, Teresina, v. 27, n. 54, p. 37-55, maio/ago. 2023. DOI: <https://doi.org/10.26694/rles.v27i54.3131>.

ALMEIDA, Tania Mara Campos de et al. A passos largos: meninas da periferia rumo à universidade e seus dilemas psicossociais. **Sociedade e Estado**, [S.l.], v. 35, n. 1, p. 101-134, janeiro/abril 2020.

AMARAL, Isabela Grossi; NAVES, Flávia. O enfrentamento das opressões de gênero numa universidade pública: o papel dos coletivos na ótica do feminismo decolonial. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, [S.L.], v. 7, n. 1, p. 151-184, 31 jul. 2020. Revista Brasileira de Estudos Organizacionais - RBEO. <http://dx.doi.org/10.21583/2447-4851.rbeo.2020.v7n1.305>.

AMARAL, Julião Gonçalves. Conflitos e ações coletivas nas universidades: elementos teóricos sobre novas formas de militância nas instituições acadêmicas. **Vozes dos Vales: Publicações Acadêmicas**, Belo Horizonte, v. 5, n. 3, p. 1-30, maio 2014.

BARBATO, Silvine; ALVES, Priscila Pires; OLIVEIRA, Valéria Marques de. Narrativas e dialogia em estudos qualitativos sobre a produção de si. **Revista Valore**, [S.l.], v. 5, p. 22-36, jan. 2020. ISSN 2526-043X. Disponível em: <<https://revistavalore.emnuvens.com.br/valore/article/view/399/301>>. Acesso em: 1 fev. 2024. doi:<https://doi.org/10.22408/reva50202039922-36>.

BARROSO, Milena Fernandes. Violência contra mulheres em grandes projetos na Amazônia: mercadorização da vida no capitalismo. **Argum.**, 9(1), 89-102, 2017

BRASIL. **Estatuto da Juventude**. Estatuto da juventude: atos internacionais e normas correlatas. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2013. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/509232>. Acesso em: 10 dez 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção em Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Diretrizes nacionais para a atenção integral à saúde de adolescentes e jovens na promoção, proteção e recuperação da saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_nacionais_atencao_saude_adolescentes_jovens_promocao_saude.pdf. Acesso em: 10 dez 2021.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático**. Gareschi, P. A. (trad.), 7a edição, Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
BECKER, Bertha Koiffmann. **Amazônia: geopolítica na virada do iii milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

CALDAS, Jacyara dos Santos. **Coletivos Feministas de Mães Universitárias: apoio mútuo e luta por reconhecimento institucional**. 2022. 95 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia Clínica e Cultura, Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

CAMPONOV, Sara; MONNET, Nadja; MOODY, Zoe; DARBELLAY, Frédéric. Research with children from a transdisciplinary perspective: coproduction of knowledge by walking. **Children's Geographies**, v. 21, n. 1, p. 163–176, 2023.

COSTA, Regina Couto da; COSTA, Laís de Miranda Crispim. Atuação do Movimento Estudantil da Universidade Federal de Alagoas no processo de redemocratização do Brasil. **Revista Brasileira de História da Educação**, [S.L.], v. 20, n. 1, p. 2-21, 13 ago. 2020. Universidade Estadual de Maringá. <http://dx.doi.org/10.4025/rbhe.v20.2020.e134>.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002.

DECRETO Nº 6.040, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 8 fev. 2007. Seção 1, p. 1.

DINIZ, Silvania Pinheiro. O contexto amazônico sob o olhar do colonizador europeu e o silenciamento dos indígenas e seringueiros colonizados. **Tropos: Comunicação, Sociedade e Cultura** (ISSN: 2358-212X), [S. l.], v. 6, n. 1, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/tropos/article/view/1206>.

DUTRA, Juliana Cabral; MAYORGA, Claudia. Mulheres Indígenas em Movimentos: Possíveis Articulações entre Gênero e Política. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, n. spe, p. e221693, 2019.

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto; WITKOSKI, Antônio Carlos; MIGUEZ, Samia Feitosa. O ser da Amazônia: identidade e invisibilidade. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 61, n. 3, p. 30-32, 2009.

FERREIRA, Isabel Cristina Fernandes; SOUSA, Adria de Lima; SILVA, Iolete Ribeiro da; PEDROZA, Regina Lúcia Sucupira. Interseccionalidade e pesquisa na Amazônia: diálogos entre a psicologia e a educação. In: SILVA, I.; FERREIRA, I.; SOUSA, A.; PEDROZA, R. (Orgs.). **Interseccionalidades e produção de subjetividades**. [S.l.]: Parimpar/EDUA, 2024. p. 17–41.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Editora Schwarcz - Companhia das Letras, 2020.

GOUVÊA, Joseane Barbosa. Identidades Coletivas: Como Práticas Sociais Podem Ser Instrumento para Perpetuar Discursos Hegemônicos. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, [S. l.], v. 7, n. 3, 2018.

HECK, Egon; LOEBENS, Francisco; CARVALHO, Priscila. Amazônia indígena: conquistas e desafios. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 53, p. 237–255, jan. 2005.

HOOKS, bell. **Ensinando a comunidade: uma pedagogia da esperança**. São Paulo: Elefante, 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas de gênero**: indicadores sociais das mulheres no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

JUSTUS, Paulo e ROMANCINI, Richard e CASTILHO, Fernanda. **Um prisma, muitas faces**: mapa de coletivos de mulheres, suas propostas e formas comunicativas. 2019, Anais. Porto Alegre: Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2019.

LAPASSADE, Georges. **Grupos, organizações e instituições**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1977. 316 p. (Educação em questão). Tradução de Henrique Augusto de Araújo Mesquita.

LE MOS, Cassandra Torres. **Migração nos caminhos de rios**: juventude , resistência e formação universitária na região amazônica. 2022. 89f. (Dissertação de Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2022.

LIMA, Jéssica Fabrícia Silva. **Rios, margens e trajetórias**: Estudantes ribeirinhas da universidade. 2021. 110f. (Dissertação de Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2022.

LIRA, Talita de Melo.; CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues. Comunidades ribeirinhas na Amazônia: organização sociocultural e política. **Interações** (Campo Grande), v. 17, n. 1, p. 66–76, jan. 2016.

MAHEIRIE, Kátia; FRANÇA, Kelly Bedin. Vygotski e Sartre: aproximando concepções metodológicas na construção do saber psicológico. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, p. 23-29, 2007.

MARIA, Elaine de Azevedo; OZÓRIO, Claudina Damascena. O papel do coletivo das mulheres na formação das universitárias da PUC-RIO. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13Th Women's Worlds Congress, 1113., 2017, Florianópolis. **Anais**. Florianópolis: Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13Th Women's Worlds Congress, 2017. p. 1-11.

MEDEIROS, Léa Regina de et al. Representatividade em coletivos estudantis: análise com base nas relações estabelecidas no contexto universitário. **Revista de Ciências Humanas**, Viçosa, v. 17, n. 1, p. 160-181, jan./jun. 2017.

MENDONÇA, Adriana Lo Presti; MAMED, Danielle de Ouro; ALMEIDA, Roger Luiz Paz de. Hipervulnerabilidade e interseccionalidades: Uma análise sobre a violência contra a mulher na Amazônia. **Revista da Faculdade de Direito do Sul de Minas**, [S. l.], v. 38, n. 2,

p. 173–192, 2022. Disponível em:

<https://revista.fdsu.edu.br/index.php/revistafdsu/article/view/389>.

ORG, Simone. **Clínica da Identidade**: um estudo sobre o sofrimento psicossocial coletiva. 2011. 181 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

PERDIGÃO, Paulo. **Existência e liberdade**: uma introdução à filosofia de Sartre. Porto Alegre: L&Pm, 1995.

PEREIRA, Alessandra dos Santos; SILVA, Iolete Ribeiro da. História de Vida e Feminismos na Amazônia: um estudo de caso. **Educar em Revista**, v. 39, p. e87346, 2023.

PEREZ, Olivia Cristina. A interseccionalidade como debate acadêmico e como pauta dos coletivos. 2022, Online. In: 13º Encontro da ABCP. **Anais**. Associação Brasileira de Ciências Políticas, 2022. p. 1-17.

PINHEIRO, Débora Patrícia Nemer.. A resiliência em discussão. **Psicologia em Estudo**, v. 9, n. 1, p. 67–75, jan. 2004.

SARTRE, Jean-Paul. **A crítica da razão dialética**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. Cortez editora, 2017.
SENNA, Sylvia Regina Carmo Magalhães; DESSEN, Maria Auxiliadora. Contribuições das teorias do desenvolvimento humano para a concepção contemporânea da adolescência. **Psicologia: teoria e Pesquisa**, v. 28, p. 101-108, 2012. DOI: 10.1590/S0102-37722012000100013

SILVA, Ueliton André dos Santos. Entrevista narrativa: entrelaçando subjetividades na produção de conhecimento. **Cadernos da Fucamp**, v. 22, n. 59, p. 151–164, 2023.

SILVA, Vanessa Suany da. **Coletivo MãEstudantes/UFSC**: articulações, política de permanência materna e institucionalização de demandas. 2023. 68 f. TCC (Graduação) - Curso de Antropologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2023.

SILVA, Janaina Leia Passos da; FERREIRA, Breno de Oliveira; SOUSA, Adria de Lima; SILVA, Iolete Ribeiro da. O sofrimento ético-político e as resistências de ser mulher amazônica: uma narrativa de vida durante a trajetória no ensino superior. **Diversidade e Educação**, Rio Grande, v. 12, n. 1, p. 672–696, 2024.

SILVA, Josefa Alexandrina; SANTOS, Mariana Calvi; OLIVEIRA, Yasmin A. da Silva. Formação política e trajetórias: jovens ativistas e militantes nas Jornadas de 2013 em São Paulo. **Linguagens, Educação e Sociedade**, v. 30, n. 63, p. 1-32, 2026. DOI: 10.26694/rles.v30i63.8253.

SOUZA, Márcio. **História da Amazônia**: do período pré-colombiano aos desafios do século xxi. Rio de Janeiro: Record, 2019.

SOUSA, Adria de Lima; SCHNEIDER, Daniela Ribeiro. Contribuições do método progressivo-regressivo para pesquisas qualitativas em psicologia. In: PRETTO, Zuleica; STRELOW, Milene; SCHNEIDER, Daniela Ribeiro (Orgs.). **Existencialismo e ciência: princípios metodológicos na pesquisa**. Florianópolis: Insular, 2021. p. 123-145.

SOPPA, Raíssa Naiara da Silva. **A presença das mulheres no ensino superior: uma análise da participação feminina nos cursos de graduação da UFRN**. 2023. 51 f. Monografia (Especialização) - Curso de Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023.

THIBES, Mariana Zanata et al. Movimentos sociais e coletivos no Brasil contemporâneo: horizontalidade, redes sociais e novas formas de representação política. **Simbiótica**, Espírito Santo, v. 7, n. 3, p. 44-73, 2020

TORRES, Iraídes Caldas. O contemporâneo e os novos coletivos de mulheres. **Ser Social: Desigualdade, mundialização e políticas sociais contemporâneas**, Brasília, v. 22, n. 47, p. 432-454, jul.-dez. 2020.

WOLFF, Cristina Scheibe. **Mulheres da Floresta: uma história Alto Juruá, Acre (1890-1945)**. São Paulo: Hucitec, 1999.

HISTÓRICO

Submetido: 11 de Mar. de 2026.

Aprovado: 12 de Ago. de 2026.

Publicado: 31 de Ago. de 2026.

COMO CITAR O ARTIGO – ABNT:

CAMPELO, Maria Isabella Muniz; SILVA, Iolete Ribeiro da; SOUSA, Adria de Lima. Mulheres amazônidas e mobilização social: implicações interseccionais para a permanência no ensino superior. **Revista Linguagens, Educação e Sociedade – LES**, V. 30, N. 63, 2026.